



# PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª (QUARTA) VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

Av. Cândido de Abreu, 535 – Centro Cívico – CEP: 80.530-960. Fone (41) 3252-5984 – E-mail: [oficios4vcctba@gmail.com](mailto:oficios4vcctba@gmail.com)

## EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

(NU 0033267-17.2015.8.16.0001 PROJUDI)

A Doutora CAROLINA FONTES VIEIRA, MM. Juíza de Direito Substituta da 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que nos **AUTOS DE COBRANÇA Nº 0033267-17.2015.8.16.0001 (PROJUDI)**, que move **BELQUIZ LEDI DORIGO BOZA** em face de **LAERTES EVALDO WOLTER (CPF: 553.305.259-34)** e **MARCIA REGINA MENDES CORREIA (CPF: 961.731.499-15)**, será levado a alienação judicial o bem abaixo descrito observadas as seguintes condições:

- 1º Leilão em 05/07/2022 às 13h00min**, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;  
**2º Leilão em 19/07/2022 às 13h00min**, por preço igual ou superior a 50% do valor da avaliação.

Em não havendo arrematação ou se por qualquer motivo o leilão judicial não se realizar, ficam desde já designadas novas datas:

- 1º Leilão em 02/08/2022 às 13h00min**, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;  
**2º Leilão em 16/08/2022 às 13h00min**, por preço igual ou superior a 50% do valor da avaliação.

**MODALIDADE DO LEILÃO:** Os leilões serão realizados **eletronicamente** com recepção de lances online através do site <https://oleiloes.com.br/>, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data do leilão, com pagamento à vista. O interessado em adquirir o bem em prestações deverá apresentar proposta por escrito ao Leiloeiro através do e-mail [contato@oleiloes.com.br](mailto:contato@oleiloes.com.br) antes do início do leilão. **LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no site <https://oleiloes.com.br/>, WhatsApp (41) 99870-7000, Telefone 0800-052-4520.

**DESCRIÇÃO DO BEM:** APARTAMENTO Nº 1605, NO 16º ANDAR OU 19º PAVIMENTO, DO EDIFÍCIO TERRAÇO DE MIRAFLORES, SITUADO NA RUA GUILHERME PUGSLEY Nº 2650, NESTA CAPITAL DO TIPO "1", COM A ÁREA CONSTRUÍDA DE 53,59M<sup>2</sup>, ÁREA COMUM DE 17,26M<sup>2</sup>, ÁREA DE ESTACIONAMENTO DE 20,71M<sup>2</sup>, ÁREA CORRESPONDENTE OU GLOBAL CONSTRUÍDA DE 91,56M<sup>2</sup>, COM DIREITO À VAGA Nº 01, LOCALIZADA NO ANDAR TÉRREO OU 3º PAVIMENTO, PARA VEÍCULO DE PASSEIO ATÉ TAMANHO MÉDIO, COM NECESSIDADE DE MANOBRISTA OU GARAGISTA, COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 32.551 DO 5º REGISTRO DE IMÓVEIS DE CURITIBA/PR, IF: 63.033.037.124-5. **LOCALIZAÇÃO:** Rua Guilherme Pugsley, 2650, Água Verde, Curitiba/PR.

**VALOR DA AVALIAÇÃO:** R\$ 245.000,00 (mov. 363.1), ratificada em 22/06/2022.

**ÔNUS:** Consta na Matrícula: AV-7: Averbação de existência de ação proveniente dos presentes autos; R-8: Penhora proveniente dos presentes autos; R-9: Penhora proveniente dos autos nº 0020203-08.2013.8.16.0001 em trâmite perante a 16ª Vara Cível de Curitiba; R-10: Penhora proveniente dos autos nº 0024265-52.2017.8.16.0001 em trâmite perante a 6ª Vara Cível de Curitiba. Consta no Rosto dos Autos: Mov. 511.1: Penhora proveniente dos autos nº 0038410-55.2013.8.16.0001 em trâmite perante a 21ª Vara Cível de Curitiba. Débitos de IPTU: Constam débitos no importe de R\$ 1.559,41 conforme relação de débitos ao mov. 506.4, sujeito à atualização e/ou modificação, além de eventuais despesas e honorários advocatícios. Outros débitos: O ofício nº 0875/2022 remetido ao Síndico do Edifício Terraço de Miraflores não retornou com informações, entretanto, constam débitos condominiais no importe de R\$ 21.512,75 conforme petição ao mov. 425.1. O ofício nº 0869/2022 remetido à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional não retornou com informações, entretanto, constam débitos conforme ofício nº 219568/2021/ME ao mov. 430.1. O ofício nº 0868/2022 remetido à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, o ofício nº 0870/2022 remetido à Receita Federal/INSS, o ofício nº 0871/2022 remetido ao IAT e o ofício nº 0872/2022 remetida ao Depositário Público não retornaram com informações. Observação Final: Na forma do art. 908, § 1º, do Código de Processo Civil, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o preço da arrematação, observada a ordem de preferência.

**DÉBITO EXECUTADO:** R\$ 84.798,94 (mov. 478.1), sujeito à atualização.

**DEPOSITÁRIO:** O Possuidor (mov. 278.1).

**REMUNERAÇÃO DO LEILÃO:** A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 1% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo exequente; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor pelo qual o bem foi resgatado, sendo devida pelo remitente; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 0,5% sobre o valor do acordo, sendo devida pelo executado. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento das despesas efetuadas. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito, tal como o preço, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão.

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do CPC, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do CPC: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I – em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II – em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do CPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado.

**RECURSO(S) PENDENTE(S):** Nada consta.

**INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES:** Tratando-se a alienação judicial de hipótese de aquisição originária da propriedade pelo adquirente, o(s) bem(s) será(ão) vendido(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus, inclusive, os de natureza fiscal (art. 130, § único, do CTN) e os de natureza propter rem (art. 908, § 1º, do CPC). A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter ad corpus. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. A imissão na posse ficará a cargo do arrematante (art. 901 do CPC). Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenham sido anteriormente intimados por qualquer outro meio legalmente estabelecido, ficam intimados os executados LAERTES EVALDO WOLTER e MARCIA REGINA MENDES CORREIA (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação dos executados, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhorios-diretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o bem poderá ficar, a critério do Juízo, disponível para venda direta pelo período de 90 (noventa) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições, ao primeiro interessado que ofertar proposta que respeite as condições mínimas fixadas para o segundo leilão. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 22/06/2022. Eu, Leiloeiro Público Oficial Designado, que o fiz digitar, por ordem da MM. Juíza de Direito Substituta.

**CAROLINA FONTES VIEIRA**  
Juíza de Direito Substituta